

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR), VIA GUIA DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

IVONE ROSA CABRAL

ivonercabral@hotmail.com

Universidade Federal do Pará

RAIMUNDO SOUSA

Universidade Federal do Pará

sousaf3@yahoo.com.br

TEREZINHA FÁTIMA ANDRADE MONTEIRO DOS SANTOS

tefam@ufpa.br

Universidade Federal do Pará

Resumo: No presente artigo, analisaremos a relação público-privada inserida no Plano de Ações Articuladas (PAR) via Guia de Tecnologias Educacionais. Em 2007, no contexto do lançamento do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o Governo Federal propõe como ação do PAR, o Guia de Tecnologias do Ministério da Educação (MEC), pelo qual busca oferecer apoio técnico-pedagógico aos sistemas de ensino, por meio de programas denominados de “ferramentas pré-qualificadas”. A partir de análise documental se observa que o objetivo do MEC é melhorar a qualidade da educação nas escolas públicas, mas que esta política, da forma como vem sendo desenvolvida, parece induzir e fortalecer no campo da educação pública, as parcerias público-privadas. Os Guias de Tecnologias estão disponíveis no sítio do MEC para que municípios, estados e Distrito Federal possam ter conhecimento, e fazer as escolhas das tecnologias que serão implementadas nas escolas e órgãos de gestão do ensino público. Na pré-qualificação das tecnologias, sob coordenação da Secretaria de Educação Básica ((SEB), o MEC dispõe de especialistas que, após análise das propostas, emitem parecer favorável ou não para que integrem as tecnologias do Guia. As tecnologias educacionais colocadas nos Guias tem como autoria o MEC (tecnologia interna) ou Organizações Governamentais e Institutos (tecnologia externa) ligados ao mundo empresarial. No Guia de Tecnologia 2008, constituído de 6 blocos de tecnologias – Gestão da Educação, Ensino Aprendizagem, Formação dos Profissionais da Educação, Educação Inclusiva, Portais Educacionais, Diversidade e Educação de Jovens e Adultos, apresentam um total de 112 tecnologias. Deste universo, 47% foram tecnologias desenvolvidas pelo MEC, contra 53% de tecnologias de responsabilidade de instituições privadas. A supremacia do setor privado é maior no que se referem às tecnologias do bloco de Ensino e Aprendizagem. São 17,5% de tecnologias do MEC contra 82,5% de tecnologias elaboradas e dirigidas por setores externos ao MEC. Assim, a presença de outras instituições no desenvolvimento das políticas educacionais para educação pública básica por meio do PAR está na pauta do MEC. A anuência deste na pré-qualificação de tecnologias educacionais externas parece evidenciar a parceria do Estado com setores do Capital.

Palavras-chave: Plano de Ações Articuladas. Público-privado. Guia de Tecnologias Educacionais.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os anos 1990, como consequência da crise do capitalismo, foram marcados, principalmente, pela reforma do Estado. Tal profunda reforma, ocorrida especialmente no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) incidiu diretamente sobre as políticas sociais, ressignificando o papel do Estado no que tange aos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988.

Como consequência da reforma do Estado e mudanças no texto constitucional, as políticas sociais, conforme Peroni (2006, p. 21) “foram consideradas serviços não exclusivos do Estado e, assim sendo, de propriedade pública não estatal ou privada”. A educação, nesse contexto, passou a ser um serviço, e como tal, uma atividade que compete a outras esferas da sociedade, reduzindo dessa forma, conforme receituário neoliberal, a educação como mercadoria.

O Governo de Lula da Silva (2003-2010) parece dar continuidade às orientações neoliberais que predominaram os anos 1990, especialmente em seu último mandato, quando é apresentada à sociedade uma série de ações que objetivam, na visão do governo, melhorar a qualidade da educação. É lançado em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e concomitantemente o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação com 28 diretrizes que norteiam toda a educação básica. Uma das diretrizes é o desenvolvimento de ações educacionais junto, dentre outros segmentos, à associação de empresários. (BRASIL, 2007)

O Plano de Metas, regido pelo Decreto 6094/2007, reza no artigo 9º, a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) por todos os entes federados que efetivarem a adesão “voluntária”, para tanto, receberam apoio do Ministério da Educação, especialmente com a apresentação do Guia de Tecnologias Educacionais que propõe especialmente aos municípios a aceitação de “tecnologias”, em sua maioria, pensadas e forjadas por grandes representantes do Capital, se inserindo dessa forma na condução das políticas públicas educacionais, inclusive na venda de pacotes educacionais com investimento público.

Considerando as reflexões iniciais apresentadas, este artigo é um esforço que objetiva abordar a lógica privada no contexto da educação básica

pública, implementando e consolidando a constituição legal de parcerias entre organizações não-governamentais (ONGs) ou Institutos e os entes federados, especialmente a partir do advento do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação e sua implementação por meio do Plano de Ações Articuladas via Guia de Tecnologias Educacionais proposto pelo MEC aos entes federados que o utilizam no ato da elaboração do PAR.

O artigo está organizado em três tópicos: a) O PDE e o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, no qual abordamos sobre a origem do Plano de Metas no contexto do Governo Lula e suas implicações para os entes federados; b) O Plano de Ações Articuladas como operacionalização do Plano de Metas. Neste tópico destacamos o PAR conceitualmente e sua estrutura que se esboça no Sistema de Monitoramento, Orçamento e Gestão do MEC (SIMEC); c) O Guia de Tecnologias Educacionais no PAR: implicações para o fortalecimento das parcerias público-privadas, no qual se tecem considerações sobre duas “tecnologias” da categoria Gestão da Educação, que o MEC pontua aos Estados, Municípios e Distrito Federal, como resultado da assinatura ao Termo de Adesão e os Termos de Cooperação.

1- O PDE e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

Como parte de um conjunto de ações criadas em 2007 para a educação brasileira, o Governo Federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). De acordo com Saviani (2007, p. 1232), o PDE teve “recepção favorável pela opinião pública e contou com ampla divulgação na imprensa”, principalmente por focar uma questão fundamental: a qualidade da educação. No entanto, destaca que o PDE, embora o governo o denomine, não se constitui em um Plano, mas “se define, antes, como um conjunto de ações que, teoricamente, se constituiriam em estratégias para a realização dos objetivos e metas pre-vistos no [antigo Plano Nacional de Educação] PNE”.

No conjunto destas políticas, destaca-se o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, o qual é composto de 28 diretrizes. O Plano

de Metas foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.094 de 24 de Abril de 2007. Em seu ementário, descreve:

Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

A ementa deixa claro que o Estado reafirma a responsabilidade conjunta pela Educação pública, incluindo a “participação da família e da comunidade”, bem como “mobilização social” para o alcance de melhores resultados na educação pública básica. Está evidente que o Compromisso Todos Pela Educação, ao transferir para a sociedade a responsabilidade com a qualidade, reduz o papel do Estado na garantia do direito à educação, uma vez que parece que o fracasso na educação, também deve ser atribuído a outros setores sociais, e que, portanto, a iniciativa para melhoria da educação, é de todos. Não se pretende, porém, que não haja participação da sociedade na luta pelos direitos. É preciso participar, mas como nos alerta Montaña (2002, p. 169), sem a omissão do Estado:

Sim deve haver uma crescente e ativa participação da sociedade civil no controle social do poder estatal e nas lutas pela ampliação dos direitos sociais e trabalhistas e da participação do trabalho nas decisões econômicas, porém, sem que isto signifique (ou encubra) uma substituição da responsabilidade estatal (e do capital) com a “questão social”, sob os princípios da universalização, distributivismo e incondicionalidade das políticas sociais, consideradas como direitos de cidadania – o que configura a preservação de verdadeiras conquistas históricas obtidas pelas classes trabalhistas.

A idéia de responsabilizar a todos pela educação pública encontra registros nos compromissos assumidos pelo Brasil, no contexto da reforma do Estado, nos anos 1990, especialmente na Conferência Mundial de Educação para todos, realizada Jointein, na Tailândia, patrocinada por agências multilaterais financeiras, como é o caso do Banco Mundial. A universalização do Ensino Fundamental é um exemplo de política em educação no Brasil que se seguiram a este evento.

O Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação parece ter encontrado inspiração no Todos pela Educação de iniciativa privada, lançado em 2006, inclusive, com a presença do até então ministro da Educação do Brasil,

Fernando Haddad. Ao ser lançado em 2007, o Plano de Metas do Estado brasileiro, conforme Camini (2009) teve a presença de setores públicos e privados, revelando dessa forma o alinhamento do Estado com a iniciativa privada na condução da política de educação básica.

O Plano de Metas da iniciativa privada agrega empresários que possuem interesse na educação pública, principalmente para a comercialização ao Estado de pacotes educacionais. Conforme Shiroma (2011, p. 31), o objetivo do Compromisso Todos Pela Educação é:

Mobilizar a iniciativa privada e organizações sociais para atuar de forma convergente, complementar e sinérgica com o Estado na definição das políticas públicas. O ponto central de sua estratégia é a co-responsabilidade e a busca de eficiência, eficácia e efetividade. Seu enfoque é primordialmente voltado a melhoria da qualidade do ensino traduzida em resultados mensuráveis obtidos por meio de avaliações externas.

Nesse sentido, o privado se fortalece na relação com o público. Isto é evidente, principalmente nos Guias de Tecnologias Educacionais propostos para os municípios elaborarem o PAR. A iniciativa privada e sua relação com o público se torna mais forte com o estabelecimento de parcerias. A legalidade das parcerias se apresenta em vários dispositivos legais. No caso da educação básica, no contexto do PDE, aparecem nas diretrizes XXVII e XVIII do Decreto 6094/2007.

Na diretriz XXVII menciona “firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas”; na diretriz XVIII, garante:

Organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB.

A garantia do cumprimento das metas em consonância com o Decreto em apreço requer que os entes federados realizem um planejamento. Este é um modelo adotado pelo MEC, o qual garante o acompanhamento e o monitoramento das metas pretendidas. As secretarias estaduais e municipais de educação partem de orientações e procedimentos técnicos, tendo como referência documentos disponibilizados pelo MEC: Instrumentos de Campo, Guia Prático de Ações e Manuais de Orientação, os quais subsidiam a elaboração do Plano de

Ações Articuladas. No caso de municípios prioritários, especialmente na primeira fase do PAR (2007-2011), o MEC realizou, conforme Resolução FNDE/CP nº 29/2007, assistência técnica direta aos entes federados com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB¹) abaixo da média nacional.

2. O Plano de Ações Articuladas como operacionalização do Plano de Metas

No Decreto 6094/2007, artigo 9º, o PAR é definido como “o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação”. O PAR tem como objetivo o cumprimento das metas do Compromisso Todos Pela Educação. É de caráter plurianual e multidimensional. Para sua elaboração é importante que o ente federado tenha feito a adesão ao Plano de Metas e que o secretário de educação forneça seus dados à equipe do Plano de Metas do Ministério da Educação para que seja liberado o acesso on-line ao módulo PAR que está hospedado na Plataforma SIMEC. O acesso, após liberado pelo MEC, é feito por meio de login e senha, os quais são de responsabilidade exclusiva do executivo e do secretário de educação.

O PAR está estruturado em 4 dimensões, conforme Brasil (2008, p. 03):

- 1- Gestão Educacional;
- 2- Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar
- 3- Recursos Pedagógicos;
- 4- Práticas Pedagógicas e Avaliação;

De acordo com Brasil (2011, p. 5), a elaboração do PAR se constitui em duas etapas. A primeira é a “aplicação do instrumento diagnóstico da situação educacional na rede municipal e a 2ª etapa constitui na elaboração do PAR propriamente dito”. Precede à elaboração do diagnóstico municipal o preenchimento de informações no SIMEC dos dados da unidade bem como das questões pontuais, para só depois elaborar o PAR.

As quatro dimensões do PAR estão estruturadas em áreas, e cada área se refere a um grupo de indicadores. Após a avaliação de cada indicador,

¹ O IDEB foi lançado em 2007 pelo Governo Federal. É calculado e divulgado a cada dois anos pelo MEC/INEP. Objetiva aferir a qualidade da educação básica.

ações e sub-ações são disponibilizadas no sistema para que sejam selecionadas pela equipe de elaboração das Secretarias de Educação (BRASIL, 2011). No quadro abaixo, apresentam-se a quantidade de dimensões, áreas e indicadores que estão registrados no PAR versão 2007-2011 e 2011 a 2014, Brasil (2008), Brasil (2011):

2007-2011			2011-2014		
Dimensões	Áreas	Indicadores	Dimensões	Áreas	Indicadores
Gestão Educacional	05	20	Gestão Educacional	05	28
Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço de Apoio Escolar	05	10	Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço de Apoio Escolar	05	17
Práticas Pedagógicas e Avaliação	02	08	Práticas Pedagógicas e Avaliação	03	15
Infraestrutura e Recursos Pedagógicos	03	14	Infraestrutura e Recursos Pedagógicos	04	22
Total	15	52		17	82

Quadro I – Quantitativo Dimensões, áreas e indicadores

Os indicadores são pontuados de 1 a 4. Sendo que pontuar 1 e 2 indica urgência de ação (prioridade) por parte do MEC ou do ente federado, o que pode implicar também em assistência financeira ou técnica da União. De acordo com Brasil (2011), a pontuação de um 1 a 4 possui uma descrição:

Critério de pontuação 4 – a descrição aponta para uma situação positiva, ou seja, para aquele indicador não serão necessárias ações imediatas; Critério de pontuação 3 – a descrição aponta para uma situação satisfatória, com mais aspectos positivos que negativos, ou seja, o Município desenvolve, parcialmente, ações que favorecem o desempenho do indicador. Critério de pontuação 2 – a descrição aponta para uma situação insuficiente, com mais aspectos negativos do que positivos; serão necessárias ações imediatas e estas, poderão contar com o apoio técnico e/ou financeiro do MEC. Critério de pontuação 1 – a descrição aponta para uma situação crítica, de forma que não existem aspectos positivos, apenas negativos ou inexistentes. Serão necessárias ações imediatas e estas, poderão contar com o apoio técnico e/ou financeiro do MEC.

Outra ação diretamente ligada ao processo de construção do PAR é o monitoramento que é feito na própria Plataforma do SIMEC, anualmente. Isto permite o acompanhamento e intervenção em tempo real no trabalho de implementação das ações do PAR.

No contexto da avaliação dos indicadores se apresentam indicadores que reforçam ou evidenciam as parcerias público privadas no ato da elaboração do PAR. Tais indicadores tem relação direta com o Guia de Tecnologias que apresenta o “melhor programa” para uma determinada ação crítica da realidade educacional do município. No PAR que teve início em 2007, o indicador 4 – Política Específica de Correção de Fluxo, da dimensão 3 – Práticas Pedagógicas e Avaliação - dispõe como estratégia de implementação, implantar “programa de correção de fluxo escolar, pré-qualificado pelo Ministério da Educação e disponibilizado no Guia de Tecnologias Educacionais/SEB”.

No PAR 2011-2014, na dimensão de Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, área Uso de Tecnologias, o indicador 4 - Utilização de Processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica pré-qualificados pelo MEC, induz a equipe técnica, através do processo de pontuação, a afirmar se “desconhece, conhece ou implementa” nas redes de ensino as tecnologias pré-qualificadas pelo Ministério da Educação. Neste indicador, a ação principal, conforme o PAR do município de Altamira-PA (2012) é:

Manter as equipes pedagógicas e professores atualizados sobre processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica pré-qualificados pelo Ministério da Educação (MEC), com vistas a buscar novas estratégias para o fortalecimento da educação pública.

Já na dimensão Gestão Educacional, área Comunicação e Interação com a Sociedade, a indução às parcerias público-privadas figuram explicitamente no indicador número 2. Textualmente, afirma “Existência de parcerias externas para realização de atividades complementares que visem à formação integral dos alunos”. Nesse sentido, o Guia de Tecnologias, se torna, para os entes federados que aderiram ao PAR, fundamental na elaboração e condução das políticas educacionais.

3- Guia de Tecnologias Educacionais no PAR: implicações para o fortalecimento das parcerias público-privadas

O Ministério da Educação, ao propor como ferramenta, o Guia de Tecnologias Educacionais, objetivando buscar soluções para a promoção da

qualidade da educação, como já mencionado, vinculou tal objetivo a uma das diretrizes do Plano de Metas Todos Pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, a “efetivação de parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas” (BRASIL, 2007).

O Ministério da Educação convocou diversos órgãos, particularmente os vinculados à educação, para que através de cooperação coletiva, a proposta de meta do IDEB (6,0) seja alcançada até ao ano de 2022, e, para atingir a meta estipulada, o MEC apresentou como subsídio à elaboração do PAR, o Guia de Tecnologias Educacionais, no qual, consta a descrição de cada proposta. De acordo com Brasil (2008), tais informações devem auxiliar os gestores a conhecer e a identificar aquelas que possam contribuir para a melhoria da educação em suas redes de ensino.

O Guia de Tecnologias Educacionais está organizado em seis categorias de tecnologias, os quais destacamos: Gestão da Educação, Ensino-Aprendizagem, Formação dos Profissionais da Educação, Educação Inclusiva, Portais Educacionais e Diversidade e Educação de Jovens e Adultos. Estas categorias revelam a materialidade da inserção da lógica privada na educação pública. Situação esta, que pode ser confirmada no Guia de Tecnologia (2008, p. 15, grifo nosso) quando este descreve que:

Cada bloco é composto por tecnologias que estão sendo implementadas pelo MEC – elaboradas por suas Secretarias e pelo FNDE ou **por parcerias estabelecidas com instituições da área da Educação – e pelas tecnologias apresentadas por instituições e/ou empresas públicas ou privadas, que foram avaliadas pela Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC e consideradas pré-qualificadas**, no âmbito do Edital de Pré-Qualificação de Tecnologias Educacionais que Promovam a Qualidade da Educação Básica.

Para a escolha de instituições e/ou empresas públicas ou privadas, o MEC através da Secretaria de Educação Básica (SEB) organizou uma chamada pública através do Edital de Avaliação de Tecnologias Educacionais nº 01/2008, convocando interessados em submeter tecnologias educacionais, mas estabeleceu condições para a pré-qualificação concernentes ao objeto onde destacamos o item que descreve que tecnologia educacional se refere:

À práticas, métodos ou técnicas de ensino acompanhadas de aparatos, aparelhos ou ferramentas instrumentais, inclusive já em uso por redes ou estabelecimentos de ensino, que apresentem potencial impacto positivo

na melhoria da qualidade da educação básica pública, a serem empregadas como mecanismo de apoio aos sistemas de ensino e aos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos em sala de aula”.

No Guia de Tecnologia do ano de 2008, do total de 112 tecnologias pré-qualificadas pelo MEC, a maior concentração se deu no bloco de Ensino Aprendizagem. Neste, num conjunto de 40 tecnologias, 17,5% foram desenvolvidas pelo MEC contra 82,5% de tecnologias externas. O gráfico 1 apresenta, em todas as seis categorias, o número de tecnologias desenvolvida pelo setor público e privado:

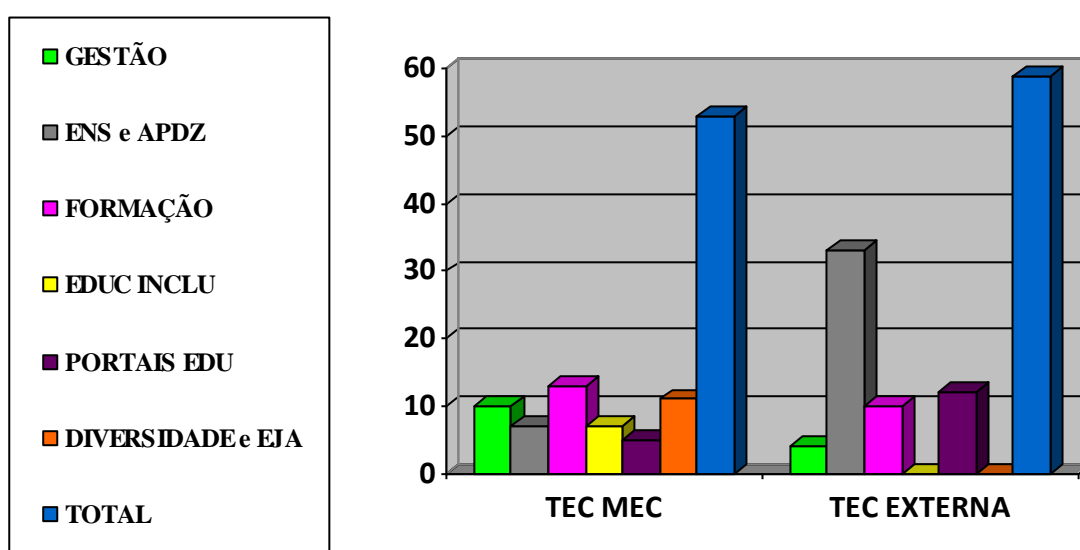


Gráfico 1 – Número de tecnologias educacionais por categoria. Adaptado Guia de Tecnologia 2008/MEC

No quadro II, apresentam-se os percentuais das tecnologias desenvolvidas pelo MEC e das tecnologias externas ao MEC. Se observa, por exemplo, a predominância de instituições externas no desenvolvimento de tecnologias educacionais. São 53% de organismos privados contra 47% do MEC. As categorias Ensino Aprendizagem e Portais Educacionais superam as propostas do MEC na pré-qualificação. Nas categorias Diversidade e Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva, o setor privado não apresenta proposta aprovada, somente o MEC teve tecnologias pré-qualificadas:

Item	Categoria	Tecnologia desenvolvida pelo MEC (%)	Tecnologia Externa ao MEC % (%)	Total (%)
01	Gestão da Educação	71	29	13
02	Ensino Aprendizagem	17,5	82,5	35
03	Formação dos Profissionais da Educação	56,5	43,5	21
04	Educação Inclusiva	100	0	7
05	Portais Educacionais	29,5	70,5	14
06	Diversidade e Educação de Jovens e Adultos	100	0	10
	Total	47	53	100

Quadro II – Percentual de tecnologias educacionais. Adaptado do Guia de Tecnologias 2008/MEC

Este desenho por dentro do Guia de Tecnologias entre o público e o privado expressa bem a perspectiva de Santos (2008) acerca das parcerias formadas pelo Estado e instituições privadas. Conforme a autora (2008, p. 11) as parcerias são entendidas;

[...] Como uma relação de troca, em que os parceiros assumem responsabilidades e se beneficiam, mesmo veladamente, como acontece com certas empresas que atuam em nome da responsabilidade social, mas na verdade querem melhorar suas imagens associadas a ações, que gerem dividendos políticos, sociais e financeiros, utilizando-se das parcerias como estratégias mercadológicas [...].

Dos 53% das propostas de tecnologias externas ao MEC que foram selecionadas para “contribuir” para a melhoria da educação apresentam-se a seguir duas tecnologias na categoria Gestão da Educação e as instituições responsáveis por cada proposta pré-qualificada pelo MEC.

Na categoria de Gestão da Educação foram pré-qualificadas 14 propostas. Destas, 4 eram de responsabilidade de Instituições externas ao Ministério da Educação, sendo duas vinculadas a ONGs e Institutos. A primeira tecnologia é Jornais Escolares Primeiras Letras e a segunda, Suporte à Implementação do Ensino Fundamental de 9 anos.

A tecnologia pré-qualificada *Jornais Escolares Primeiras Letras* tem como instituição responsável a Organização Não Governamental Comunicação e Cultura. Brasil (2008, p. 26) descreve a proposta como:

Um módulo de um projeto maior, denominado Jornal na Escola, que se divide em: Fala Escola, para jovens do 6º a 9º ano; Primeiras Letras, para os anos iniciais do ensino fundamental; e, Clube do Jornal, que pretende promover a realização dessa atividade no ensino médio.

A ONG Comunicação e Cultura foi criada em 1988, possuindo sede no estado do Ceará e, tem como missão atuar em escolas, principalmente públicas,

visando promover a formação cidadã de crianças e adolescentes e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Para legitimar sua missão no desenvolvimento de seus projetos, a ONG conta com seus parceiros como o Instituto Camargo Corrêa, o qual possui um Conselho Deliberativo formado por acionistas do referido Grupo e os principais executivos das empresas. A ONG Comunicação e Cultura é parceira de outras seis organizações privadas: Fundação Itaú Social, Gerdau, Instituto Alpagartas, Instituto ProBem e Centro de Apoio à Comunicação Popular (COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2013).

A Fundação Itaú Social (2013) atua em todo o território brasileiro, e estabelece:

[...] parceria com as três esferas de governo, com o setor privado e com organizações da sociedade civil. Esse estabelecimento de alianças estratégicas agrega expectativas, competências e olhares diversos, o que contribui para a elaboração conjunta de soluções para as demandas do País. Também é um caminho para garantir a perenidade das ações e ganhar escala, alcançando cada vez mais beneficiários.

A Gerdau, que é uma empresa líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços longos especiais do mundo, com mais de 45 mil colaboradores, a Gerdau possui operações industriais em 14 países – nas Américas, na Europa e na Ásia –, as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas de aço por ano. Tem como missão gerar valor para os seus clientes, acionistas, equipes e a sociedade, atuando na indústria do aço de forma sustentável (GERDAU, 2014).

O Instituto Alpagartas que apresenta como missão a contribuição para a melhoria na qualidade da educação de criança e jovem com até 29 anos de idade, por meio do esporte e cultura nas comunidades em que a empresa opera. Destaca-se que o referido Instituto já é parceiro do Instituto Camargo Corrêa em outro projeto (INSTITUTO ALPAGARTAS, 2014).

O Instituto ProBem que é uma ONG voltada para o ensino básico, interessada principalmente com o processo de alfabetização de crianças e adultos. Foi o único parceiro da ONG Comunicação e Cultura que tem como diretores e conselheiros fiscais profissionais ligados a área da Educação, particularmente com formação em Políticas Públicas, e a área do Direito. Comumente o que se percebe é que as pessoas que formam as ONGs e

Institutos são empresários que nada tem ver com a área da educação (INSTITUTO ProBem, 2014).

O Centro de Apoio à Comunicação Popular (2014), informa em seu endereço eletrônico que:

[...] é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 2009, com o objetivo de apoiar e promover a cultura e a educação, através de serviços de impressão a preço de custo, para viabilizar projetos de comunicação educativa, popular ou alternativa.

A ONG Comunicação e Cultura ainda tem como parceiros o Banco do Nordeste, o Programa Mais Educação, o Ministério da Educação, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Expresso Guanabara. Além dos parceiros, a referida ONG possui também os apoiadores, alguns em nível internacional, legitimando assim a rede de relações que se estabelece em torno da educação brasileira. Como apoiadores tem a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) Ceará, Fundação Avina² criada pelo suíço Stephan Schmidheinv, a ASHOKA³ fundada pelo norte-americano Bill Drayton e a Federação das Empresas de Transportes Rodoviários dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão (CEPIMAR).

A tecnologia pré-qualificada *Suporte à implementação do Ensino Fundamental de 9 anos* tem como instituição responsável a Gruhbas Projetos Educacionais e Culturais⁴. Conforme Brasil (2008, p. 34) a proposta desta instituição se define como:

[...] um pacote completo de apoio à implementação do Ensino Fundamental de 9 anos [...] a maior parte da proposta destina-se à formação de professores e assessoria às secretarias de educação. O maior investimento é no material impresso e em cursos de formação presencial, complementados por inserção de discussões (chats e fórum), plantão de dúvidas e publicações on-line. A proposta apresenta consistência metodológica e as secretarias municipais de educação, que adotaram total ou parcialmente este projeto, atestam sua confiabilidade.

Como o próprio Guia afirma, os blocos de tecnologia educacionais são pacotes. Estes pacotes tecnológicos se alinham às orientações, diretrizes e normas que subjazem às políticas atuais de educação básica. Os entes

² Mais informações sobre esta fundação pode ser obtida no site http://www.avina.net/esp/timeline_entry/.

³ Mais informações sobre esta instituição está disponível em: <http://www.ashoka.org.br/sobre-a-ashoka/quem-somos/>.

⁴ A referida instituição que tem localização em São Paulo não foi localizada em nenhum site ou rede social para que pudéssemos pesquisar sua origem, quem faz parte e sua rede de parcerias.

federados, sob a égide da União, realizaram as “adesões” ao PAR, uma vez que estas são condições para o apoio técnico e financeiro pelo Poder Central, bem como para participar do sistema de avaliação nacional que mensura via IDEB os resultados que expressam, segundo a política nacional de educação pública, a qualidade da educação. Nesta ação, de âmbito nacional, em muitos casos, se aliam o poder público e setores privados (empresariado) para o alcance de metas e resultados que refletem uma concepção de gestão baseada em metas e resultados – um modelo que inerva o jogo político-econômico da sociedade capitalista para a educação pública.

À guisa de conclusões

Nos últimos oito anos, a política de educação pública esteve atrelada ao Plano de Desenvolvimento da Educação. No bojo deste, o Poder Central também direcionou para a Educação Básica uma política específica. Com o Decreto Presidencial 6094/2007, disponibilizou aos entes federados o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Este traz como fundamento para a qualidade da educação o cumprimento de 28 diretrizes. As diretrizes se apresentam com um misto no qual se fala em democracia e participação do setor privado na gestão da educação.

Para o cumprimento das diretrizes, colocou-se na letra da lei como obrigatório aos entes signatários do Plano de Metas, a elaboração do Plano de Ações Articuladas. Constituído de quatro dimensões, e mais de 80 indicadores, que vai da gestão da educação à infraestrutura física. Portanto, engloba toda a política educacional dos Municípios, Estados e Distrito Federal.

A elaboração do PAR, nos municípios prioritários, contou com o apoio técnico do MEC. No processo de elaboração, a definição de programas educacionais, foi orientada por um dos mais importantes instrumentos, que se constitui também em ação do PAR, o Guia de Tecnologias Educacionais que possui várias edições. Neste artigo destacamos o Guia 2008. Ele contém seis categorias que se compõem de várias tecnologias. Tais tecnologias são de autoria do MEC ou de instituições privadas.

As tecnologias educacionais são pré-qualificadas pelo Ministério da Educação por meio de Editais, onde podem participar instituições públicas e privadas na apresentação de propostas educacionais para educação básica pública. Neste processo, se evidencia o alinhamento do poder público com o privado, impondo aos entes signatários programas no PAR que se estruturam numa concepção de educação e de gestão que se pautam nos princípios mercantis, configurando assim de forma aberta, a lógica privada no interior das instituições educacionais, uma vez que as fundações ou ONGs que tiveram suas propostas aprovadas participam ou formam uma grande rede constituída de importantes empresas que lucram diariamente com a exploração dos trabalhadores. Nesse sentido, cabe questionarmos por que tanto interesse do setor privado na educação pública.

O Guia de Tecnologias de 2008, por fim, se constitui num instrumento que casa o público e o privado na elaboração e gestão da educação pública, neste caso por meio do PAR. O número de tecnologias educacionais atingiu 112, sendo a maior participação do setor privado, 53% de tecnologias de responsabilidade de instituições privadas contra 47% de tecnologias projetadas pelo MEC. Das tecnologias pré-qualificadas, a ação de setores não estatais é mais forte na categoria Ensino e Aprendizagem, com 82,5% de tecnologias. O investimento do dinheiro público na compra de pacotes educacionais demonstra a maciça presença do mercado na mesa de negociação da educação pública, em detrimento de uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade para todos.

Referências

ALTAMIRA. Secretaria Municipal de Educação de Altamira-PA. **Plano de Ações Articuladas (2011-2014)**, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.094** – 27 de Abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da

qualidade da educação básica. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 Ago. 2012.

_____. Diário Oficial da União. Aviso de Chamamento Público MEC/SEB Nº 01/2008. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=15&data=29/01/2008>>. Acesso em 15 Maio 2013.

_____. **Guia de Tecnologias Educacionais 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=660&Itemid>=> Acesso em: 20 Nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Orientações para Elaboração do Plano de Ações Articuladas (2011-2014)**. Brasília, 2011. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 15 Set. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação Instrumento de Campo**: Brasília, 2008, MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diagnostico.pdf>> Acesso em: 12 Out. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação Instrumento de Campo**: Brasília, 2007, MEC.

_____. Resolução CD/FNDE/ nº 29 de 20 de Junho de 2007. Estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007 Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sql_tipo=RES&num_ato=00000029&seq_ato=000&vlr_ano=2007&sql_orgao=CD/FNDE/MEC> Acesso em 10 Jun. 2014.

CAMINI, Lucia. **A gestão educacional e a relação entre entes federados na política educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação**. 2009. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009. Disponível em: < www.lume.ufrgs.br>. Acesso em: 12 Jun. 2012.

CENTRO DE APOIO À COMUNICAÇÃO POPULAR. **Quem somos**. Disponível em: < <http://www.comunicapopular.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 10 Jun. 2014.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Histórico**. Disponível em: <http://ww2.itaú.com.br/itausocial/site_fundacao/FundacaoItaúSocial/Default.aspx/> Acesso em: 10 Jun. 2014.

GERDAU. **Perfil da Empresa**. Disponível em: < <http://www.gerdau.com.br/sobre-gerdau/perfil-da-empresa.aspx>> Acesso em: 10 Jun. 2014.

INSTITUTO ALPAGARTAS. **Missão.** Disponível em: <
<http://www.institutoalpargas.com.br/index.php?instituto>> Acesso em: 10 Jun.
 2014.

INSTITUTO PROBEM. **História.** Disponível em:
 <<http://www.institutoprobem.org.br/institucional/#historia>> Acesso em: 10 Jun.
 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

PERONI, Vera Maria; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO, Ludimar (Org.). **Dilemas da Educação Brasileira em Tempos de Globalização Neoliberal: entre o Público e Privado.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SANTOS, Terezinha F. A. M.. A gestão das políticas públicas educacionais a partir das reformas dos anos de 1990. **Travessias**, Cascavel-PR, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3025/2369>. Acesso em: 10 Jun. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC.** Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em: 10 Maio de 2014.

SHIROMA, Eneida. Redes Sociais e Hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; LARA, Ângela Mara de Barros. **Políticas para a Educação: análises e apontamentos.** Maringá: Eduem, 2011. Disponível em:
<http://www.gepeto.ced.ufsc.br/downloads/Produo%20Acadmica/Captulos/liv-mario-artigos-eneida-e-angela.pdf>. Acesso em 20 Set. 2013.